

δ #3

DIFERENCIAL

Junho 2015

**IRLANDA: A
NOVA TAXA E
O DIREITO À
ÁGUA**

Jornalismo
Internacional

**ACORDO DO
PROGRAMA
NUCLEAR
IRANIANO**

Jornalismo
Internacional

**CAÇA FURTIVA
DE CHIFRES
DE RINOCE-
RONTE**

Sociedade

**O CUSTO
REAL DA
ROUPA**

Sociedade

**BALANÇO DO
PROCESSO DE
BOLONHA**

Técnico

**CANCRO E AS
BACTÉRIAS**

Ciência

**OS SETE
PECADOS
CAPITAIS
ATUALIZADOS**

Crónica

**AGENDA
CULTURAL**

#3

Nesta edição do Diferencial salientamos o problema do custo daquilo que adquirimos. Este conceito de custo, embora inclua o preço monetário, está longe de se reduzir a ele.

Um dos temas de destaque é o ponto de situação do ensino europeu, nos dezassete anos após a implementação do modelo de Bolonha. Como abordagem, pode-se perguntar o que até agora falhou e o que até agora correu bem, mas para o fazer enfrenta-se também imediatamente um problema dissimulado na forma como o tratado foi assinado - a partir de uma lista de valores e objectivos, delineados para imaginar um modelo ideal de ensino, mas que deixou muito espaço indefinido para a sua concretização. É então analisado o custo de uma internacionalização facilitada dos alunos europeus através das opiniões de professores que conheceram o antes e o depois.

A uma escala mais global analisamos os possíveis custos associados ao Acordo Nuclear entre o Irão, a Europa e os EUA. Enquanto uns afirmam que este será um processo sumamente positivo, outros temem uma eventual hegemonia do Irão no Médio Oriente decorrente do levantamento do embargo por parte das economias ocidentais.

A última edição do Diferencial deste ano reflecte também sobre o custo dos bens essenciais como a água ou a roupa pela exploração dos temas da privatização das águas na Irlanda e das condições precárias em que trabalham aqueles empregados pela indústria têxtil. É estudado ainda o modo como determinadas crenças nos levam à caça de animais em vias de extinção para produzir medicamentos vendidos no mercado negro.

Concluimos este ano com um artigo acerca de uma proposta de cura para o cancro através do uso de bactérias, seguido da habitual crónica dos Sete Pecados Actualizados. *

_ Miguel Duarte



diferencial.tecnico.pt

DIREÇÃO_

João Santos, Miguel Duarte, Vasco Abreu

REDAÇÃO_

André Pombeiro, António Silva, Bárbara Casteleiro, Inês Mataloto, João Santos, Maria Sbrancia, Mariza MB, Miguel Duarte, Patrícia Silva, Pedro Brandão, Pedro Fragoso, Rita Feijão, Sofia Dias e Vasco Abreu

REVISÃO_

Guilherme Raposo, Nuno Mota e Pedro Brandão

GRAFISMO E EDIÇÃO GRÁFICA_

Raquel Serra e Rita Gaspar

GESTÃO DE PLATAFORMAS ONLINE_

Bárbara Casteleiro, João Santos e Maria Sbrancia

GESTÃO DE ESPAÇOS DE PUBLICIDADE_

Vasco Abreu, Rita Feijão, Maria Sbrancia, Bárbara Casteleiro

Jornal impresso em papel reciclado

* O Jornal Diferencial é escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico, mas, conforme a escolha de cada redator, os artigos que não seguirem essa regra serão assinalados com um asterisco no final.

E . C . A . L

Escola de Condução Automóvel Lisbonense

CARTA DE CONDUÇÃO LOW COST!

Na ECAL o objectivo é formar condutores seguros, competentes e confiantes.

Junto ao metro da Alameda

das 9h as 20h

Para mais informações contacte-nos!

218 476 363 / 969 827 978
escolal Lisbonense@gmail.com

Alameda Dom Afonso Henriques, 27A R/C, Lisboa

IRLANDA: A NOVA TAXA E O DIREITO À ÁGUA

É inteiramente discutível em que medida a privatização de uma comodidade básica, como a água potável canalizada, pode ser prejudicial ou benéfica para a população de um país. No entanto, casos concretos de países onde essa medida foi levada a cabo apontam no sentido negativo.

Em conjunto com Portugal, Grécia e Chipre, a República da Irlanda foi um dos países da zona Euro mais afectados pela recessão de 2009, tendo contraído um empréstimo de quase 85 mil milhões de euros, ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira e ao Fundo Monetário Internacional, a fim de nacionalizar a dívida privada de seis bancos. O governo Irlandês foi, então, obrigado a instaurar severas medidas de austeridade com consequentes repercussões sociais, que também se têm sentido no nosso país.

Entre estas encontra-se a passagem da administração da rede de abastecimento de água potável para a empresa Irish Water, o que tem suscitado, ao longo dos últimos meses, protestos de dimensão significativa por todo o país. A implicação directa desta medida é a sobretaxa desta comodidade básica, uma vez que, até à data, o seu consumo é cobrado indirectamente através de impostos municipais, para os quais não foi anunciada qualquer redução. Esta medida causa, claramente, uma sobrecarga significativa na população mais economicamente desfavorecida, já vulnerabilizada pelas restantes medidas de austeridade.

Na verdade, a Irlanda tem sido confrontada com problemas na rede de abastecimento de água potável ao longo das últimas décadas. Devido à falta de investimento em manutenção, esta infraestrutura encontra-se antiquada e apresenta graves ineficiências, estimando-se perdas acima de 40% do caudal de água potável. Mais flagrante é o caso das reservas de água de algumas regiões do país serem recorrentemente afectadas por contaminações microbiológicas, algumas vezes durante períodos de meses.

Perante a necessidade de reduzir a carga fiscal do estado, e com o intuito de melhorar a infraestrutura, o governo Irlandês criou, no início de 2013, a empresa Irish Water, que assumiria a operação, gestão e administração da rede de abastecimento de água, incluindo a nova cobrança sobre o consumo. De facto, a Irlanda era, até à data, o único país da OCDE no qual o consumo de água era cobrado indirectamente, sendo a infraestrutura da responsabilidade directa do estado. Em Portugal, por exemplo, a entidade responsável pelo fornecimento de água canalizada em todo o país é a Águas de Portugal, uma sociedade gestora de participações públicas (SGPS) do estado.

Apesar de ter sido criada por, e de ser, portanto, uma empresa do estado Irlandês, o facto de que no seu próprio site institucional a Irish Water estar descrita como uma *private company with limited shares*, ou seja, como

uma empresa privada, tem alimentado a desconfiança e confusão dos Irlandeses. Esta desconfiança não é infundada, uma vez que países com modelos de gestão semelhantes e que também receberam ajuda externa, no seguimento da recessão de 2009, nomeadamente Portugal e Grécia, foram condicionados pela troika a privatizar as respectivas empresas e infraestruturas de fornecimento de água, o que é contra os interesses da população Irlandesa.

É inteiramente discutível em que medida a privatização de uma comodidade básica, como a água potável canalizada, pode ser prejudicial ou benéfica para a população de um país. No entanto, casos concretos de países onde essa medida foi levada a cabo apontam no sentido negativo.

Por exemplo, na Argentina, em 1993, a rede de água foi vendida, a um consórcio de multinacionais e a empresas locais, que procederam ao inflacionamento das tarifas e ao aumento de lucros por via da redução nos custos de manutenção, conduzindo a inundações sistemáticas em várias cidades do país. Por outro lado, na África do Sul, a cidade de Joanesburgo sofreu, entre 2000 e 2002, uma grave epidemia de cólera, na sequência do corte de água a partes desfavorecidas da população, o que levou ao consumo de água de rios contaminados. Situações semelhantes registaram-se na Tanzânia e nas Filipinas, com consequências igualmente graves para as populações e governos de ambos os países.

No sentido de contrariar estas políticas nos países europeus, a campanha de iniciativa cidadã Right2Water tem peticionado a União Europeia no sentido de legislar o direito à água e ao saneamento, direito este que, aliás, está definido na Declaração das Nações Unidas desde 2010. De facto, o reconhecimento legal deste direito é um passo crucial na protecção de todos os cidadãos europeus. Em particular, dos Irlandeses, que, neste momento, vêem o seu direito à água ameaçado por uma política pouco clara e por uma taxa que muitos não estão preparados para suportar. *



ACORDO DO PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO

“Irão ter-se-á comprometido a não construir, nos próximos 15 anos, unidades para o enriquecimento de urânio. Será ainda sujeito à supervisão internacional do seu programa e inspecção das suas instalações, em troca do fim das sanções económicas impostas a Teerão.”

O P5+1 é um grupo de seis países que se juntaram em 2006 num esforço diplomático, a fim de negociar com o Irão um acordo sobre o seu programa nuclear. Como elementos deste grupo encontram-se a China, Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e Alemanha, dos quais os primeiros cinco são membros do Conselho de Segurança da ONU e signatários do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em vigor desde 1970. O TNP visa a limitação do armamento nuclear dos países signatários, o uso pacífico da energia nuclear pelos mesmos e, desde a última revisão efectuada ao tratado em Maio de 2010, a interdição do uso de armas de destruição em massa no Médio Oriente.

No passado dia 2 de Abril foi assinado um acordo preliminar histórico entre o P5+1 e o Irão, no qual a república islâmica ter-se-á comprometido a não construir, nos próximos 15 anos, unidades para o enriquecimento de urânio e a reduzir, nos próximos dez anos, o número de centrífugas de 19 mil para 6 mil, mantendo apenas 5 mil activas. Além deste compromisso, que é uma redução notável da actividade nuclear Iraniana, serão ainda sujeitos à supervisão internacional do seu programa e inspecção das suas instalações, em troca do fim das sanções económicas impostas a Teerão. O acordo ainda se encontra em negociações, sendo a data limite, para a divulgação de um texto final, 30 de Junho.

As negociações sobre o programa nuclear Iraniano marcam também uma deterioração significativa nas relações internacionais dos Estados Unidos com Israel e a Arábia Saudita. Segundo o primeiro ministro Israelense, Benjamin Netanyahu, o acordo não impede o desenvolvimento de uma arma nuclear, contribuindo, assim, para hegemonia do Irão na região, o que representaria uma ameaça.

Numa entrevista conduzida por Thomas Friedman, colunista do New York Times, Obama afirmou que a preocupação de Israel era concebível, mas que, no entanto, “consideraria uma falha da minha parte, um falhanço fundamental da minha presidência, se, durante a minha vigilância, ou por consequência do trabalho que realizei, Israel ficasse numa posição mais vulnerável”.

Por outro lado, a rivalidade sunita da Arábia Saudita com os xiitas do Irão fica também acentuada face ao acordo, uma vez que o levantamento das sanções económicas impostas a Teerão poderá torná-lo num rival mais forte, sendo este o motivo pelo qual os aliados árabes do Golfo Pérsico ameaçaram igualar as capacidades nucleares do Irão.

Perante esta preocupação da Arábia Saudita, Obama respondeu: “Parte do nosso trabalho é trabalhar com esses Estados e dizer: como é que podemos construir as vossas capacidades de defesa contra ameaças externas?”. Prometeu então, numa tentativa de dissuasão face às vantagens do acordo com o Irão, uma maior assistência militar e coordenação dos sistemas de mísseis balísticos com os aliados do Golfo. No entanto, o esforço do presidente dos Estados Unidos aparenta ter sido em vão, uma vez que os países árabes ameaçam desenvolver os seus próprios programas nucleares, incluindo o enriquecimento de urânio.

Dada a impossibilidade de prever com exactidão o desenlace deste acordo, dois cenários apresentam-se altamente prováveis. Por um lado, a contenção do programa nuclear neutraliza o risco de desenvolvimento de armas nucleares, como também abre a possibilidade de negociações políticas com a república islâmica Iraniana, as quais beneficiariam toda a região. Por outro lado, é também possível que o levantamento das sanções facilite o financiamento, por parte de Teerão, de organizações que destabilizam a segurança do Médio Oriente, tais como o Hezbollah no Líbano, ou as milícias houthis no Iémen, as quais são, actualmente, apoiadas pela república islâmica do Irão.

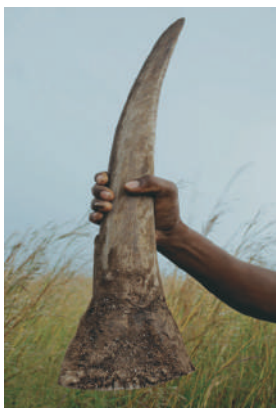
Em termos económicos o acordo conduziria ao levantamento das sanções sobre as exportações de petróleo Iraniano, estimadas em 1,5 milhões de barris por dia. Isto traduzir-se-ia numa maior saturação do mercado de petróleo, levando a preços ainda mais baixos, o que traria consequências económicas negativas aos estados do Golfo.

Face o perigo real que o acordo poderá apresentar para os estados árabes do Golfo, Nasser Ahmed Bin Ghaith, investigador dos Emirados Árabes Unidos, afirma que seria inteligente para a Arábia Saudita a dissociação da sua aliança com os Estados Unidos, assim como a construção de parcerias estratégicas com potências regionais, nomeadamente o Paquistão e a Turquia, que partilham o receio da possível hegemonia Iraniana na região. *



CAÇA FURTIVA DE CHIFRES DE RINOCERONTE

No mercado negro um quilo de chifre de rinoceronte pode valer até 75 mil euros, sendo, atualmente, mais valioso que o ouro, a cocaína, a heroína e até o diamante.



Nos últimos anos tem vindo a ser travada uma batalha defensiva entre os guardas florestais Sul-Africanos e os caçadores furtivos de rinocerontes. Com o aumento da procura de chifres de rinoceronte no Extremo Oriente, os preços destes têm vindo a subir. Este aumento é principalmente verificado no Vietname, onde o rápido crescimento económico resultou no aparecimento de uma classe média com poder de compra para produtos de animais exóticos, como pó de chifre de rinoceronte, marfim, vesícula biliar de urso e pó de osso de tigre.



As crenças e mitos em que muitos Vietnamitas continuam a acreditar, como por exemplo, que o pó de chifre de rinoceronte é uma droga milagrosa que pode reduzir a febre, aliviar a dor, parar hemorragias nasais e curar doenças graves (incluindo cancro) são os motivos que fomentam a caça furtiva e o mercado negro. Ao adquirir estes produtos exóticos, devido a estas crenças referidas e para mostrar estatuto social, as pessoas ignoram o impacto devastador dos seus atos.



Tudo começa em África. Oitenta por cento dos caçadores furtivos são de Moçambique, de uma região subdesenvolvida que faz fronteira com a África do Sul, onde as caçadas ilegais são a maior fonte de receita da população. No mercado negro um quilo de chifre de rinoceronte pode valer até 75 mil euros, sendo, atualmente, mais valioso que o ouro, a cocaína, a heroína e até o diamante. Os dois chifres de um rinoceronte médio podem pesar até seis quilos, fazendo com que este negócio seja extremamente lucrativo.



O último rinoceronte em Moçambique foi morto há dois anos, sendo o Parque Nacional de Kruger, no nordeste da África do Sul, a área onde atualmente há um maior

número da espécie, tornando-se um local de foco para os caçadores. No ano passado foram abatidos 1.215 rinocerontes e 42 caçadores morreram em confrontos com a polícia. “Estamos em luta pela conservação de uma espécie”, diz um guarda do Parque, “estamos em guerra”.

A zona com mais trocas de chifres na principal rota de comércio é a área circundante a Massingir, uma cidade na fronteira com a África do Sul, conhecida como a casa dos “chefões” (patrões da caça furtiva). É estimado que pelo menos vinte deles vivam nesta cidade, nas suas mansões exuberantes que se destacam da paisagem natural - paredes exteriores de azulejo, janelas com vidros fumados e com proteção de barras de metal. Como dizem os habitantes: “fica-se rico, mas morre-se novo”. Nestes locais, a forma de arranjar dinheiro rapidamente tem sido a caça furtiva e, para arranjar emprego basta ir ao Carogé, um bar na estrada principal que atravessa a cidade, onde os líderes dos gangues recrutam os novos “membros”.

A maior parte dos rinocerontes são mortos durante a caça, porém alguns são drogados com tranquilizantes enquanto os mutilam, cortando-lhes os chifres. O que acontece a um animal após um ato tão brutal? Cirurgias de animais tentam salvar a vida dos rinocerontes com curativos a cobrir as feridas, mas a recuperação é lenta e dolorosa. No Centro Hoedspruit de Espécies Ameaçadas há, pelo menos, um caso de sucesso: um rinoceronte, que teve o seu chifre e parte do rosto devastados com uma serra elétrica, recebeu um tratamento onde a ferida foi preenchida com material usado em placas dentárias, costurada com fio usado em tratamentos bucais e, posteriormente, aplicada com supercola. A técnica resultou e a rinoceronte encontra-se com vida.

A dinâmica fundamental do tráfico é entre a África e a Ásia, segundo o último relatório da TRAFFIC (rede de monitoramento de comércio da vida selvagem), sendo muitas vezes o contrabando dos chifres efetuado por via aérea, utilizando aeroportos internacionais como pontos de trânsito entre os países Africanos da origem e os de compra na Ásia. O relatório recomenda, como solução para o comércio ilegal, “um maior desenvolvimento coordenado, unidades de inteligência especializadas para dismantelar redes criminosas organizadas, identificando indivíduos-chave e fluxos financeiros, e realizar mais prisões de alto nível.”

Os rinocerontes habitam a terra à milhões de anos, mas se a caça continuar ao seu ritmo atual, ambientalistas e cientistas temem a sua extinção brevemente.

O CUSTO REAL DA ROUPA

Cada vez mais facilmente uma empresa pode importar de países longínquos, o que abre radicalmente as possibilidades, tornando a procura pelo preço mais baixo uma corrida voraz entre os gigantes do mercado livre capitalista.

Terça-feira, 23 de Abril de 2013, um dia de trabalho no Bangladesh, o segundo maior produtor de têxteis do mundo, perdendo apenas para a China. Um edifício de indústria têxtil, denominado Rana Plaza, foi considerado estruturalmente instável e os trabalhadores foram evacuados até nova investigação. Mais tarde nesse dia, Sohel Rana, proprietário do edifício e empregador das mais de 5000 pessoas evacuadas, anunciou aos media que o edifício estava em condições e que os trabalhadores deveriam voltar para trabalhar na manhã seguinte. Estes foram, posteriormente, alvo da ameaça de perderem um mês de salário, caso se recusassem a continuar a trabalhar. Todo o prédio ruiu na manhã seguinte, causando 1137 mortos e 2500 feridos.

De modo a contextualizar é necessário entender que estes trabalhadores recebiam o equivalente a um valor entre 12 e 24 centimos de dólar por hora, que, ainda que o número de horas diárias fosse de cerca de 14h, perfazia um total de menos de 50 dólares mensais (de acordo com o Institute for Global Labour and Human Rights). Mesmo assim, a indústria de roupa no Bangladesh é considerada um bom emprego e um bom sustento, em termos relativos. Assim, um emprego neste sector torna-se muitas vezes irrecusável, o que contribui para que estes trabalhadores aceitem silenciosamente permanecer em condições deploráveis, com medo de perder uma fonte de rendimento regular.

Seguiu-se uma investigação de modo a apurar para onde, e para quem, exportava esta fábrica. Investigação esta verdadeiramente dificultada, dado o facto de estes trabalhadores não serem contractados directamente pela empresa que encomenda os têxteis, mas pelo dono da fábrica, que se limita a prestar um serviço à empresa que encomenda, baseado num sistema de subcontratações. Determinadas grandes empresas, como a Primark, a Auchan, a Mango, a C&A, a Carrefour e a El Corte Inglés, admitiram ter encomendas no Rana Plaza. Outras nem tanto. Foi preciso remexer os escombros à procura de etiquetas de produtos, para descobrir que a multinacional italiana Benetton, que previamente tinha negado qualquer ligação comercial à fábrica, tinha, em boa verdade, efectuado encomendas à mesma.

Embora o envolvimento de diversas empresas fosse claro, e a negligência por parte das mesmas quanto às condições em que os seus produtos são produzidos se tivesse tornado óbvia aos olhos do mundo, a ajuda demorou a chegar. Em Setembro do mesmo ano as eventuais compensações monetárias às vítimas e aos seus familiares ainda estavam em discussão, deixando



inúmeras famílias desprovidas de sustento durante meses. Em Março de 2014, apenas 7 das 29 empresas ligadas ao desastre tinham contribuído para o Rana Plaza Donor's Trust Fund, que chegava apenas aos familiares das vítimas que conseguiram provar, recorrendo a testes de ADN e outra documentação, que alguém da sua família havia morrido no colapso. Muitas destas provas revelaram-se impossíveis e existem ainda hoje dezenas de lesados sem compensação monetária, nuns casos porque os corpos nunca foram encontrados nos escombros, noutros porque a documentação necessária estava fora do seu alcance.

Embora os números deste acontecimento sejam aterradores, este está longe de ter sido um caso isolado. Em Setembro de 2012 deflagrou um incêndio numa fábrica de produtos têxteis em Karachi, no Paquistão e, em Novembro do mesmo ano, um outro nos arredores de Dacca, no Bangladesh. Cada um destes desastres teve como consequência a morte de centenas de pessoas.





Em 2014 um documentário, da televisão inglesa ITV, mostrou imagens de raparigas, a partir dos treze anos, a trabalhar numa fábrica têxtil no Bangladesh que produzia peças de vestuário para as empresas inglesas Lee Cooper e BHS. No documentário são expostas as condições, descritas como pavorosas, em que os empregados levam a cabo o seu trabalho. Estes são constantemente alvo de abusos e ameaças, tanto físicas como verbais.



Mostra-se ainda o desprezo aparente pelas medidas de segurança relativas à eventual ocorrência de um incêndio, ainda que no Bangladesh haja um historial preocupante de acidentes semelhantes neste tipo de indústria. Numa outra fábrica os trabalhadores são



filmados a serem forçados a assinar documentos que confirmam que receberam cuidados de saúde inexistentes e treinos de segurança que nunca aconteceram. Posteriormente vêem-se patrões a indicar aos trabalhadores como mentir, acerca das condições de trabalho, em futuras visitas de inspectores.



Uma das consequências mais evidentes de vivermos no seio da era globalizada é a expansão do nosso raio de acção. Cada vez mais facilmente uma empresa pode importar de países longínquos, o que abre radicalmente as possibilidades, tornando a procura pelo preço mais baixo uma corrida voraz entre os gigantes do mercado livre capitalista. E, tomando os acontecimentos no Bangladesh como exemplo, no calor da corrida, acontece que há direitos humanos que são atropelados com notória facilidade. Consequentemente, nós, enquanto consumidores, exercemos indirectamente, ao comprarmos produtos de uma multinacional, a nossa influência muito além das fronteiras da comunidade a que pertencemos, o que nos confere a responsabilidade acrescida de conhecer a proveniência e as condições reais, em que o que compramos é produzido.

Um aspecto notável que sobressai dos acontecimentos do Rana Plaza é o poder da opinião pública sobre as decisões de mais alto nível nas empresas envolvidas. Embora tenha sido necessária a perda de tantas vidas para que o mundo ganhasse consciência das condições em que milhões de nós trabalham, esta está longe de ter sido em vão. Provou-nos que temos poder efectivo sobre o modo como são tratados os trabalhadores, porque, afinal, a linha de consumo que começa neles, acaba em nós e depende igualmente das duas pontas.

Assim, só recorrendo a uma consciencialização generalizada das condições de produção daquilo que compramos é que podemos decidir onde comprar, exercendo a pressão da opinião sobre as grandes empresas, com a finalidade de fazê-las incluir esse critério nas decisões que tomam. *



BALANÇO DO PROCESSO DE BOLONHA

19 de Junho de 1999 ficou marcado na história como o dia em que foi assinada a reforma mais importante, nos últimos tempos, do Ensino Superior: a Declaração de Bolonha. A meta é a criação de um Espaço Europeu de Ensino Superior, com critérios de educação semelhantes entre os países signatários, facilitando assim a mobilidade.

Citando a declaração, este objectivo seria atingido por meio da:

_ “Adopção de um sistema com graus académicos de fácil equivalência, também através da implementação, do Suplemento ao Diploma, para promover a empregabilidade dos cidadãos europeus e a competitividade do Sistema Europeu do Ensino Superior.

_ Adopção de um sistema baseado essencialmente em duas fases principais, a pré-licenciatura e a pós-licenciatura. (...)

_ Criação de um sistema de créditos - tal como no sistema ECTS - como uma forma adequada de incentivar a mobilidade de estudantes da forma mais livre possível. (...)

_ Incentivo à mobilidade por etapas no exercício útil que é a livre circulação, com particular atenção:

- . aos estudantes, o acesso a oportunidades de estudo e de estágio e o acesso aos serviços relacionados;
- . aos professores, investigadores e pessoal administrativo, o reconhecimento e valorização dos períodos dispendidos em acções Europeias de investigação,

lectivas e de formação, sem prejudicar os seus direitos estatutários.

_ Incentivo à cooperação Europeia na garantia da qualidade com o intuito de desenvolver critérios e metodologias comparáveis;

_ Promoção das necessárias dimensões a nível Europeu no campo do ensino superior, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento curricular; cooperação interinstitucional, projectos de circulação de pessoas e programas integrados de estudo, de estágio e de investigação. ”

Retirado da Declaração de Bolonha de 19 de Junho de 1999

Em alguns países signatários tem havido resistência à implementação de certas medidas e a mudança continua a ser lenta, dificultando assim a criação de um verdadeiro Espaço Europeu de Ensino Superior. Um dos tópicos polémicos é o do sistema de avaliações, onde continua a haver uma dificuldade no estabelecimento de equivalências claras entre notas de diferentes instituições.



Neste contexto, perguntámos a vários docentes qual a sua opinião sobre o balanço do Processo de Bolonha, onde o consenso parece ser que ainda teremos de esperar pela concretização do potencial máximo do acordo e, de modo a corrigir os problemas actuais, discutir e avaliar os 10 anos que passaram desde a implementação do mesmo:



“O processo de Bolonha representou, desde a sua génese, um projecto ambicioso de harmonização do ensino universitário no espaço europeu. Passado cerca de uma década desde a sua implementação em Portugal, são inúmeros os estudos, realizados pelas mais variadas entidades, que pretendem sublinhar/alertar as suas virtudes e os seus defeitos. Na minha opinião, a definição de ciclos de estudos, a harmonização de conteúdos e sua duração bem como as equivalências académicas e profissionais para o estudante no espaço europeu, são mais-valias que devem ser valorizadas e preservadas neste processo. É claro que existem determinadas questões que merecem atenção e que devem ser objecto de intervenção. Refiro-me em concreto à preocupação no que diz respeito às especificidades nacionais/natureza dos cursos de cada país membro e a dificuldade em encontrar um padrão comum na definição de equivalências. Acresce ainda, no que diz respeito ao nosso sistema de ensino, a minha preocupação no que se refere a alguma, talvez exagerada, oferta de cursos de 2º ciclo, o que porventura dificulta a definição de um perfil (domínio de estudo) que o aluno deveria ser capaz de construir após cinco anos de estudos universitários. Por outro lado saúdo a implementação de programas de estudos integrados (5 anos) conducentes ao título académico de Mestrado (pós-Bolonha). Por fim, no que diz respeito aos docentes, julgo estar ainda por concretizar os pressupostos do processo de Bolonha, nomeadamente garantir meios que promovam uma efectiva capacidade para mobilizar docentes entre as escolas do espaço europeu e deste modo possibilitar novas vivências que valorizem o docente e a sua capacidade de ensinar.”

Arsénio M. Fialho
Professor Associado com Agregação
Departamento de Bioengenharia
Instituto Superior Técnico

“O plano de Bolonha de uniformização dos currícula das universidades no espaço europeu é, em princípio, um plano com grandes vantagens para os estudantes. O plano permite agilizar o intercâmbio de estudantes, dado que a estrutura dos currícula e dos graus conferidos pelas universidades é muito semelhante. Para uma Escola como Técnico, seria de esperar que surgisse um fluxo de entrada de estudantes para o 2º ciclo de outras Escolas portuguesas, e um fluxo de estudantes, de sinal à partida indeterminado, com o estrangeiro. Ora, julgo que este mecanismo de transferências ainda se encontra aquém do que seria de esperar, muito provavelmente devido à conjuntura económica atual. O plano de Bolonha originou também que se passasse a conferir o grau de mestre às antigas licenciaturas de cinco anos. Dado que os mestrados antes de Bolonha já se encontravam na prática quase extintos, por falta de bolsas para este grau de ensino e, por outro lado, pela dificuldade das famílias em apoiarem os filhos com 5+2 anos de estudos, tratou-se aqui de oficializar de jure uma situação de facto. Indo aliás também ao encontro da generalidade dos países europeus. Em 2016 irá concluir-se a primeira década da aplicação do plano de Bolonha no Técnico. Seria importante que se fizesse uma avaliação destes primeiros dez anos da aplicação do plano nas universidades portuguesas, e que se delinhassem medidas para uma melhor aplicação do plano. Em conclusão: o plano é globalmente positivo, mas é necessário fazer uma avaliação de como decorreram estes primeiros 10 anos, tanto para permitir que se extraiam todas as vantagens, como também para evitar que o mesmo redunde num fracasso.”

Jorge Loureiro
Professor Associado
Departamento de Física
Instituto Superior Técnico

Entrevista completa em diferencial.tecnico.pt *

CANCRO E AS BACTÉRIAS

A utilização de bactérias poderá vir a ser um mecanismo de deteção e tratamento de tumores bem sucedido. Isto deve-se ao facto de as bactérias se desenvolverem e propagarem de forma naturalmente fácil, visto que não há atuação do sistema imunitário dentro dos tumores.

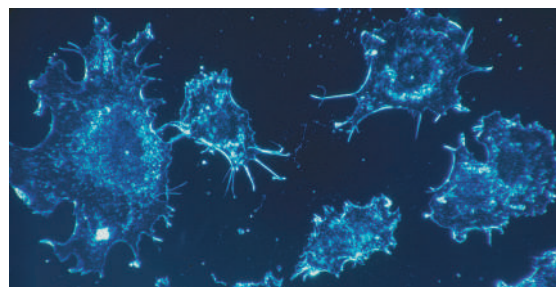
O cancro é uma das doenças mais estudadas no século XXI. "Todos os dias, em todo o mundo, morrem 7,6 milhões de pessoas com cancro" diz Vítor Veloso, presidente do Núcleo Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro.

Segundo a Pordata, o número de mortes por tumores malignos em Portugal tem sido crescente. 24,3% das mortes registadas no país, em 2013, deveu-se a tumores malignos, tendo tido um crescimento superior a 3% desde 2000.

Novos tratamentos estão a ser estudados e desenvolvidos por todo o mundo, uns mais específicos que outros. Em Portugal, no centro clínico da Fundação Champalimaud, utiliza-se um sistema de radioterapia que permite a eliminação, numa sessão, de tumores primários e lesões metastáticas, reduzindo os danos nos tecidos saudáveis.

Outro tratamento, que está a ser estudado, foi apresentado no passado mês de Maio, nas conferências TED®, por Tal Danino, biólogo no MIT. Este começa por afirmar que "Há mais bactérias no nosso corpo do que estrelas na nossa galáxia" e daqui nasce a ideia de um novo tratamento com base em bactérias.

A ideia inicial consiste em programar bactérias, introduzindo diferentes algoritmos no ADN, tal como se programam computadores. Estes algoritmos levam as bactérias a produzir proteínas fluorescentes de forma rítmica, sendo que estas proteínas permitem que as bactérias comuniquem e se sincronizem entre si. Para colónias da largura de um cabelo humano este "programa" funciona extremamente bem, mas com o aumento do tamanho da colónia, e com a limitação de tempo de propagação da proteína, gera-se uma onda de viagem, isto é, as bactérias que não se encontram relativamente próximas recebem a mensagem atrasada.



Este programa baseia-se num fenómeno natural denominado *quorum sensing*, que consiste num sistema de estimulação e resposta baseado na densidade populacional. Muitas bactérias usam este fenómeno para coordenar a sua expressão génica, em comportamentos como a criação de biofilmes, resistência a antibióticos ou virulência. Neste caso, o estudo é feito relativamente à virulência, quando é atingida uma certa densidade populacional, denominada densidade crítica. Assim, só quando esta é atingida é que o comportamento fluorescente se começa a evidenciar.



A utilização de bactérias poderá vir a ser um mecanismo de deteção e tratamento de tumores bem sucedido. Isto deve-se ao facto de as bactérias se desenvolverem e propagarem de forma naturalmente fácil, visto que não há atuação do sistema imunitário dentro dos tumores.

No projeto já estão a ser feitos estudos em ratos, tendo começado por se utilizar bactérias probióticas, que são seguras. Verificou-se então que estas bactérias crescem seletivamente em tumores do fígado. Desenvolveu-se, posteriormente, uma forma de deteção das mesmas na urina, através de alteração da cor da mesma, facilitando a identificação de tumores hepáticos. A próxima fase do projecto é permitir que as bactérias produzam proteínas que eliminem as células cancerígenas.

O projeto ainda se encontra longe de estar pronto para testes em humanos, mas é um passo para acabar com este flagelo da população mundial.

OS SETE PECADOS CAPITAIS ATUALIZADOS: A GULA

“A Gula nasce onde morre a necessidade daqueles cuja opulência é tanta, que ofusca a realidade para lá do próprio umbigo glutão.”

“A gula mata mais do que a espada.”
George Herbert

A Gula nasce onde perece a necessidade e, como uma cria rezingona e impaciente, esconde-se atrás do túmulo até que a satisfaçam. Como epitáfio, lê-se: “Aqui jaz o necessário, apreciado em vida por quem não o tem.”

A Gula leva vantagem por permitir a vassalagem em grupo, beneficiária privilegiada da atenuação do erro pela repetição em grande escala. Larguem os biscoitos por um instante, para que nos possamos focar completamente naqueles acontecimentos tão simples, tão banais e tão recorrentes como os jantares e festas de grupo onde abundam a comida e a bebida. Abençoados sejam os momentos sociais que estão na ribalta, enquanto, nos bastidores de cada pecador, se saciam os caprichos anafados da gulodice, como se a comida e bebida à discrição fossem o preço a pagar pelo despoletar do ser social que habita em cada ser humano. Abençoados sejam ainda, por constituírem os momentos ideais para adornar cada corpo com aquela roupa nova que já estava há quase uma semana prostrada num canto do quarto, ao lado do roupeiro farto. Tão farto que, fosse o roupeiro um escravo da condição humana, no próximo jantar teríamos roupa à discrição,

para satisfação da ganância, parceira incontestável d'A Gula. Abençoados sejam os momentos sociais em que se celebra e retrata o contentamento que a abundância promove, numa época em que os telemóveis, os tablets e os computadores são descartados e substituídos a uma regularidade quase superior à da alimentação de muitos. Mas, por vezes, no jogo fútil do clique, depara-se com imagens como a apresentada abaixo.

E, de repente, ficas humilde. O conceito de necessário trespassa a tua mente. Por instantes, consegues enxergar a sorte que a vida te deu. É difícil compreender um conceito que vive a muitos quilómetros, e muito mais difícil tentar mudá-lo, mas, por momentos, consegues levantar a camisola nova e olhar para além do próprio umbigo. “E se for para morrer de fome, que seja a fome do ódio. E se for para morrer de gula, que seja gula de amor.” (Daniela Lacerda) Não obstante, se A Gula ainda te permite acessibilidade visual ao umbigo, não deixes que o amor comece e acabe nesse burquinho que não centra o mundo, não vás cair n'A Soberba. Desta, falamos mais adiante. *



EVENTOS

CONVERSAS, todas as 4ª feiras
O Arquivo237 é “uma montra de cultura contemporânea” que organiza semanalmente, às 19:30, conversas abertas de 30 minutos com artistas de várias áreas e tem como objectivo “a documentação, a exposição e a criação de projectos artísticos.”
facebook.com/conversaslisboa



ESPECTÁCULO, 5 de Maio a 24 de Junho

Círculo de discussões Gender Trouble, em exibição no teatro Maria Matos. Esta performance, que se foca no livro homónimo da filósofa Judith Butler, pretende pôr as pessoas a reflectir sobre um dos temas mais controversos da sociedade: os Estudos de Género e as sexualidades. Este evento terá vários convidados que exporão a sua experiência de vida, e a repressão sofrida, no que toca à inserção na sociedade.

FESTIVAL, 19 a 28 de Junho

Lisboa Mistura, festival que consiste num intercâmbio cultural entre a Europa e África, é composto por uma série de apresentações entre o Castelo e o Intendente. Podem contar com música do mundo com umas nuances electrónicas, criando uma Lisboa cosmopolita e aberta a intersecções culturais.

TEATRO, até 20 de Junho

Para os fãs de Agatha Christie: os The Lisbon Players vão exhibir a peça “And Then There Were None”, de quinta a sábado pelas 21h e ao domingo pelas 16h. Para fazer a reserva dos bilhetes basta ir ao site do grupo: lisbonplayers.com.pt/site/.

		6	7			1
	2	9	3			
1				4		
	1			2		3 4
		8	4		7	9
4	9			1		7
				9		2
					5	1 9
	7				8	5

4		6	7			5
				8		6
		8		5	1	2
9			1	5		8
		7		9	5	
	5		8		4	
7		4		1	8	
	8		9			
	6				7	2

